

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

WESLEI ROQUE DOS SANTOS

A PRESENÇA MASCULINA NA PEDAGOGIA

DELMIRO GOUVEIA - AL

2019

WESLEI ROQUE DOS SANTOS

A PRESENÇA MASCULINA NA PEDAGOGIA

Monografia apresentada a Universidade Federal de Alagoas – UFAL, como requisito parcial para obtenção do título de graduação em Pedagogia, sob a orientação do Professor Dr. Denson André Pereira da Silva Sobral.

DELMIRO GOUVEIA/AL

2019

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca do Campus Sertão
Sede Delmiro Gouveia

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza - CRB-4/2209

S237p Santos, Wesley Roque dos

A presença masculina na Pedagogia / Wesley Roque dos Santos. -
2019.

59 f.

Orientação: Prof. Dr. Denson André Pereira da Silva Sobral.
Monografia (Pedagogia) – Universidade Federal de Alagoas.
Curso de Pedagogia. Delmiro Gouveia, 2019.

1. Educação. 2. Pedagogia. 3. Docência masculina. 4. Gênero.
5. Masculinidade hegemônica. 6. Diversidade. I. Título.

CDU: 37:364.67



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE ALAGOAS

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
COORDENADORIA DE GRADUAÇÃO - COGRAD

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ao dia **treze** do mês de **março** do ano de **dois mil e dezenove**, às **9:40** (nove horas e quarenta minutos), sob a presidência do(a) professor(a) **Denson André Pereira da Silva Sobral** em sessão pública nas dependências da UFAL, Campus do Sertão, situada à Rodovia AL 145, Km 3, nº 3849, Bairro Cidade Universitária - Delmiro Gouveia-AL, reuniu-se a Banca Examinadora de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado "**A presença masculina na pedagogia: uma revisão bibliográfica por meio de autores da área da Educação**", do(a) aluno(a) **Weslei Roque dos Santos** sob matrícula **12212606**, requisito obrigatório para conclusão do Curso de Pedagogia – Licenciatura, assim constituída: **Prof.Dr. Denson André Pereira da Silva Sobral** (orientador/a); **Profa.Ms. Giseliene Medeiros Almeida** e **Profa.Dra. Carla Taciane Figueiredo**. Iniciados os trabalhos, foi dado a cada examinador(a) um período máximo de 30 (trinta) minutos para a arguição do(a) candidato(a). Terminada a defesa do trabalho, procedeu-se o julgamento final. Apuradas as notas, o(a) candidato(a) foi considerado(a) Aprovado com média geral 9,0 (nove vírgula zero). Na oportunidade o(a) candidato(a) foi notificado(a) do prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir desta data, para entregar à Coordenação do Curso, devidamente protocolada, a versão definitiva do trabalho defendido em meio digital (CD-ROM) com as correções sugeridas pela Banca. Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram encerrados para a lavratura da presente ATA, que depois de lida foi assinada por todos os membros da Banca Examinadora.

Delmiro Gouveia-AL, 13 de março de 2019.

Orientador(a)

Denson André Pereira da Silva Sobral
Prof.Dr. Denson André Pereira da Silva Sobral

1º Examinador(a)

Giseliene Medeiros Almeida
Profa.Ms. Giseliene Medeiros Almeida

2º Examinador(a)

Carla Taciane Figueiredo
Profa.Dra. Carla Taciane Figueiredo

DEDICATÓRIAS

A Deus, meus pais, minha esposa e a minha família.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a Deus por mais uma conquista aos meus pais, a minha esposa e a minha família que sempre permaneceu ao meu lado e caminhou junto comigo nessa conquista. Ao meu orientador Dr. Denson André pela paciência e dedicação na orientação. A todos aqueles que colaboraram de alguma maneira na construção deste trabalho. Assim deixo meu sincero obrigado.

“Educar é semear com sabedoria e colher com paciência.” (Augusto Cury).

RESUMO

Este trabalho se insere nos debates contemporâneos que discute os entraves e as perspectivas da docência masculina na pedagogia, área historicamente dominada pelas mulheres. A problemática da pesquisa fundamenta-se na reflexão sobre os fatores que historicamente favoreceram a predominância das mulheres na docência para a Educação Infantil em detrimento da presença de indivíduos do sexo masculino. Sendo assim tem como objetivo geral realizar um levantamento de obras que discute a docência masculina, com intuito de compreender as dificuldades encontradas por homens na área da pedagogia. Para tanto, optou-se pela pesquisa de caráter bibliográfico a partir de autores que se debruçam sobre a mesma temática. Com base nesses autores, selecionou-se algumas categorias para discutir a temática, dentre as quais: gênero, diversidade, feminização do magistério, masculinização, de modo que elas explicitassem os embates e as perspectivas sobre a docência masculina no campo da pedagogia. Com a pesquisa percebeu-se que os homens escolhem seguir a docência na área da pedagogia ainda sofrem diversos tipos de discriminação e repressão em função desse campo de atuação ser considerado, socialmente, como essencialmente feminino.

Palavras- Chaves: Educação, masculinidade hegemônica, pedagogo, docência masculina.

ABSTRACT

This work is part of the contemporary debates that discuss the obstacles and perspectives of male teaching in pedagogy, an area historically dominated by women. The research problem is based on the reflection on the factors that historically favored the predominance of women in teaching for children's education to the detriment of the presence of males. So it has the general objective to carry out a survey of works that discuss the male teaching, in order to understand the difficulties encountered by men in the field of pedagogy. For this, we chose the research of a bibliographic character as, from authors that study the same theme. As the basis of these authors, we selected some categories to discuss the issue, among them: gender, diversity, feminization, masculinization, so they explicitassem the clashes and perspectives on male teaching pedagogy in the field. With the research it was noticed that the men who choose to follow the teaching in the area of pedagogy still suffer various types of discrimination and repression as a function of this field of action to be considered, socially, as essentially feminine.

Keywords: Education, pedagogue, male teaching.

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ANFOPE	Associação Nacional de Formação dos Profissionais da Educação
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina
CONARCFE	Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Educadores
CNE	Conselho Nacional de Educação
LDB	Lei de diretrizes e bases da educação nacional
MEC	Ministério da Educação Brasileira
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
USAID	United States Agency For International Development
UNESCO	Organização das nações unidas para educação, à ciência e a cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1. Memorial.....	11
2. INTRODUÇÃO	15
3. BREVE HISTÓRICO SOBRE O CURSO DE PEDAGOGIA: A FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO	18
4. GÊNERO E DIVERSIDADE	25
5. A FEMINIZAÇÃO DA DOCÊNCIA NA PEDAGOGIA.....	32
6. A MASCULINIZAÇÃO DA DOCÊNCIA NA PEDAGOGIA	37
6.1 A VISÃO DA SOCIEDADE: SÍNTESE APRESENTADA PELOS AUTORES	45
6.2 REFLEXÕES SOBRE AS RELAÇÕES DO PROFESSOR DO SEXO MASCULINO QUE ATUA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E A SOCIEDADE SEGUNDO OS AUTORES PESQUISADOS.....	46
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
8. REFERÊNCIAS.....	54

1. MEMORIAL DESCRITIVO

Meu nome é Weslei Roque dos Santos e comecei a estudar aos quatro anos de idade no ano de 1994 numa turma que antigamente se chamava Pré-Infantil II na escola de educação infantil de nome Branca de Neve, localizada em Paulo Afonso-BA na rua Alto da Boa Vista. A escola de ensino particular de qualidade naquele que no momento a cidade oferecia. Os primeiros anos escolares apenas professora lecionava naquela escola. Passei por quatro escolas, uma delas particular e as outras três públicas.

Uma experiência singular foi no ensino fundamental passei a conviver com professores de ambos os sexos, já que na Educação Infantil sempre foi professora que me acompanharam.

Minha relação com as professoras do ensino infantil sempre foi maternal. No ensino fundamental as coisas já começaram a mudar, o número de professor do sexo masculino aumentou gradativamente. Os educadores já não estavam próximos, sentir um grande impacto, visto que estava acostumando com estilo do docente do ensino da educação.

Naquela época, minha docente era do sexo feminino, só foi depois do sexto ano que eu tive contato com professor do sexo masculino. No ensino médio a interação com eles já passa a ser mais de amizade, principalmente com os professores homens.

A partir dessas amizades eu pude colher muito frutos bons, porque os professores davam muita orientação para o futuro, eles pediam para nunca parar de estudar, que eu só teria uma vida de sucesso através da educação. Só depois de certo tempo é que eu percebi os reais motivos daqueles conselhos que recebi.

Meu primeiro contato com o curso de Pedagogia foi no ano de 2012 quando decidi fazer o vestibular da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). O curso de pedagogia não foi minha primeira escolha, pois pretendia cursar educação física, contudo na cidade onde eu moro, Paulo Afonso-BA, tinha o curso, mas em uma universidade particular, nessa época eu não tinha condições financeiras de pagar a mensalidade.

Resolvi então fazer o Enem, consegui alcançar uma nota que me possibilitou o ingresso no curso de pedagogia. Foi assim que eu adentrei esse curso na UFAL. Nos primeiros dias de aula nessa instituição, os meus amigos de classe e outras

pessoas de outros cursos que a UFAL oferece sempre me perguntavam o que eu estava fazendo naquele curso. Afirmavam que o curso não tinha sintonia com a minha personalidade, desse modo deveria pedir transferência para cursar engenharia e não de pedagogia.

Alguns comentavam na sala de aula que eu estava no curso errado, diziam que a docência na área da Pedagogia era curso feminino. No entanto não enxergava dessa forma, uma vez que pedagogia é um curso que você pode trabalhar em diversas áreas, não apenas na educação infantil.

A maioria das pessoas que optam em fazer o curso de pedagogia é do sexo feminino, os meninos que escolhem fazer esse curso são questionados por tal escolha. Para a sociedade, o cargo de homem como professor do ensino infantil sofre algumas repulsões por não ter uma identidade com o curso. Particularmente era questionado toda hora, visto que estava no curso não direcionado para homem.

Um fato curioso é que as pessoas acham normal a relação que existe entre a mulher e a criança, já no caso dos homens interagindo com as crianças na educação infantil é tido como algo fora do cotidiano escolar. Eu percebi que na escola onde eu estagiei não tinha nenhum professor homem, os docentes eram todas mulheres que atuavam na educação infantil. Dava para perceber que o tempo todos elas ficavam olhando para mim, visto que não era comum ver homem lecionando naquela instituição de ensino.

Minha turma do curso de pedagogia possuía 23 alunos, sendo 2 homens e 21 mulheres. Quando os professores entravam na sala e percebia que tinham homens na graduação ficavam abismados, sendo anormal ver nesses ambientes de ensino, a presença masculina. Até mesmo professores do curso são pouco do sexo masculino, a maioria era feminino. Quanto aos docentes, nenhum tinha formação em pedagogia, a maior parte possuía formação em história, geografia, psicologia e letras.

Ao decorrer dos anos, eu comecei a ter mais afinidade com o curso, pois no que tange a prática, não era só um curso voltado apenas para as mulheres como muitos pensam. Percebi na prática dos estágios supervisionados que as crianças sempre me procuravam mais para brincar, não desgrudavam de mim. Uma grande parte das crianças via-me como uma figura paterna, com isso, fez com que eu fosse tomando mais gosto pela profissão. Os pequeninos achavam muito interessante em ver a presença de um homem na sala de aula como professor, isto é, eles estavam

acostumando a ter mulheres lecionando, quando me viram, no momento, ficaram assustados.

Como o homem pode lidar com essas indiferenças que a sociedade culturalmente impõe, em que o homem tem que trabalhar em uma profissão que seja determinada para cada sexo, ele não se encaixaria dando aula para crianças pequenas. Mas tudo isso eu pude superar, sei que tudo depende do tamanho dos nossos esforços, a maioria das vezes deixamos que esses sentimentos mesquinhos acabem tomando conta da gente. Eu pude mudar isso, ou seja, esse pensamento dentro de mim depois de ter passado pela prática da docência na educação infantil. Atualmente, não me arrependo do curso que eu me formei, tenho muito orgulho em ser pedagogo.

Foi lecionando para as crianças, que fez com que eu ficasse mais apaixonado pela profissão da docência. Cabe a nós, pedagogos lutarem por esses paradigmas, de que a figura masculina na pedagogia não tem vez. O homem que cuida de crianças pequenas nas instituições de educação infantil devem quebrar essas perspectivas sociais do sexo masculino.

Atualmente não estou atuando na área da educação infantil, tive a oportunidade de exercer a profissão, mas não quis por motivos de condições financeiras. Conversando com alguns professores na escola onde eu fiz meu primeiro estagio obrigatório da faculdade, eles falaram para mudar de profissão, porque trabalhar com as crianças é muito estressante, elas comentaram também que tinham alguns professores que estavam afastados por motivos de saúde decorrente da profissão ser muito desgastante.

Na cidade onde eu moro, Paulo Afonso-BA, os gestores e os empregadores das escolas privadas querem cobrar muitos dos professores nas salas de aulas, mas não dão condições de trabalhos adequadas para que isso aconteça. Resolvi então investir mais na minha carreira de atleta e professor de artes maciais, foi nessa área que eu tive prestígio e reconhecimento, o retorno financeiro é mais significativo, eu atendo alunos a partir dos 7 (sete) anos de idade, o curso de pedagogia me ajudou no planejamento das minhas aulas como também em lidar com as crianças que eu recebo na academia.

Minha expectativa para o futuro é de fazer um mestrado, quero dar sequência aos meus estudos. Penso em fazer mestrado em educação física escolar ou

educação física infantil. Sei que através da educação eu posso ter uma condição melhor de vida.

Foi devido às dificuldades encontradas nos estágios, que eu escolhi este tema para meu trabalho final de conclusão de curso, sobre a presença masculina na pedagogia. Para mim, esse assunto tem muito a ser discutido ainda, não é um objeto de estudo pronto e acabado. Tendo em vista, que são temas geradores de várias outras possibilidades de análise, em que fica claro que é de suma importância em ter mais pesquisa envolvendo essa temática.

2. INTRODUÇÃO

A presença da figura masculina na Pedagogia é vista, ainda hoje, com preconceito, tanto na atuação do professor na Educação Infantil, quanto nos anos iniciais do Ensino Fundamental. De acordo com Louro (2011) e Vianna (2002), historicamente, a demanda de indivíduos do sexo feminino, que buscam o curso de Pedagogia é superior aos do sexo masculino, motivada, principalmente, por motivos socioculturais, uma vez que a responsabilidade de educar as crianças eram delegada as mulheres.

A procura das mulheres pela formação em Pedagogia têm sido superior em relação aos homens que, deve-se também aos tabus impostos pela sociedade, que vê o curso de pedagogia como formação exclusiva para mulheres. O Instituto Sou da Paz (2011), defende que isso ainda acontece, porque vivemos em uma sociedade marcada pelo machismo e paternalismo, na qual a ideia de mulher ainda está vinculada ao ser, essencialmente materno, responsável por cuidar da família, sendo a educação uma “vocação” e, de outro lado, os homens sendo seres aventureiros, insensíveis e provedores do lar.

A investigação acerca do gênero masculino na pedagogia colabora na compreensão das dificuldades enfrentadas pelos pedagogos em suas práticas diárias. Em razão disto, são poucos os que buscam atuar na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. Ainda assim, pela sua afinidade, sua formação acadêmica, eles mantêm o compromisso com a profissão e, com isso, acabam quebrando os paradigmas impostos pela sociedade de que o homem pedagogo não pode lecionar para crianças (Polato e Rangel, 2015).

O número de estudos a respeito das dificuldades encontradas na presença de homens na Educação Infantil é ainda incipiente, no entanto, é possível listar alguns autores que discutem esse tema: Carvalho (1999); Finco (2003); Cardoso (2004); Sayão (2005); Silva (2006). Esses autores destacam que existe algo diferente em relação à figura masculina nessa fase da educação que é, culturalmente, voltada para as mulheres. Partindo desse pressuposto, este trabalho busca compreender e traçar um perfil do cenário atual da presença de um profissional do gênero masculino na Educação Infantil, dessa forma, objetiva contribuir para a compreensão do papel do homem nessas instituições de ensino Infantil, como também, abordar o olhar da família e da sociedade sobre esse

profissional a partir de pesquisas bibliográficas, segundo as obras dos autores que serão posteriormente citados.

O intuito de pesquisar sobre a docência masculina surgiu no ano de 2017, durante a disciplina de Gênero e Educação, no curso de Pedagogia UFAL/Campus Sertão. A realização do estudo baseou-se na pesquisa bibliográfica, através de leituras exploratórias de cunho qualitativo. Buscando assim, reunir trabalhos que tratem de determinado assunto. Partindo dessa linha de raciocínio, Candiotto, Bastos e Candiotto 2011, explicam:

A pesquisa bibliográfica pode ter duas orientações. Na primeira, enquanto fonte primária é a revisão prévia, a busca de referencial teórico já registrado e documentado a partir dos quais formas de pesquisas podem ser desenvolvidas, segunda orientação. Na primeira orientação, a pesquisa bibliográfica tem por termo uma monografia (forma de texto que se inicia e fecha-se na pesquisa bibliográfica mesma). Na segunda orientação, a pesquisa bibliográfica é suporte para outras formas como laboratório e campo que se apoiam em técnicas de pesquisa específicas. [...] O objetivo básico da pesquisa bibliográfica é instituir o corpus científico, um sistema de ideias; é delimitar o tema e o campo de pesquisa propriamente dito, possibilitando sua integração com as outras formas de conhecimento (CANDIOTTO, BASTOS e CANDIOTTO, 2011, p. 115-116).

Alguns procedimentos são necessários para a realização desse tipo de metodologia. Romanowski (2002, p 15-16) destaca quais são os procedimentos necessários, como:

Definição dos descritores para direcionar as buscas a serem realizadas; localização dos bancos de pesquisas, teses e dissertações, catálogos e acervos de bibliotecas, biblioteca eletrônica que possam proporcionar acesso a coleções de “periódicos”.

Nesta pesquisa foi feito um levantamento do que foi produzido a partir da temática da presença masculina na docência na Educação Infantil. Tomando por base uma revisão bibliográfica por meio de autores da área de educação. Neste sentido, o presente trabalho demonstrará a percepção de como são vistos os problemas enfrentados pelos homens (pedagogos) no local de trabalho como professores da educação infantil.

Destarte, sendo esta pesquisa de cunho bibliográfico, as categorias escolhidas para serem abordadas em cada capítulo foram escolhidas com base nas obras dos autores pesquisados Azevedo (1932) Froebel (1782-1852); Saffioti (1987); Apple (1988); Bruschini e Amado (1988); Almeida (1995); Fontoura (1995); Saparolli

(1996), Sayão (1996); Catine (1997); Carvalho (1998); Silva (1999); Filho (2001); Batista e Codo (2002); Pereira (2002); Carvalho (2004); Sayão (2005); Rabelo (2007); Filipe (2006); Júnior; (2009); Instituto sou da paz (2011) Fonseca (2011); Ramos e Xavier (2012); Louro (2012); Yannoulas (2001); Venturini e Thomasi (2013); Cristina (2014) e Soares (2015). A escolha dos referidos autores foi de acordo com o entendimento que possuem em suas pesquisas, pois tratam especificamente sobre as dificuldades da figura masculina na pedagogia, bem como a trajetória histórica.

No capítulo I, apresentam-se as bases que fundamentam este trabalho e procedimento metodológico adotado para a realização desta pesquisa, que reflete sobre o “estado da arte” do tema escolhido. No capítulo 2, evidencia-se um breve histórico do curso de Pedagogia. No capítulo 3, trata com maior ênfase sobre o gênero e diversidade. O capítulo 4 aborda especialmente sobre a presença feminina na docência e estabelecendo uma reflexão sobre as disparidades dela em relação à masculina. Por fim, o capítulo 5 debruça-se sobre as reflexões em relação à presença masculina na educação infantil.

3. BREVE HISTÓRICO SOBRE O CURSO DE PEDAGOGIA

Neste capítulo, a pretensão é tratar do conteúdo histórico da profissão do docente do curso de pedagogia com base em pesquisas de Bruschini e Amado (1988); Sayão (1996); Silva (1999); Pereira (2002); Soares (2015) dentre outros. Dessa forma, procura-se demonstrar como a questão do gênero se solidificou na educação, em que o gênero, será esclarecido melhor no capítulo posterior, trazendo especificamente suas noções e conceito.

Para dar uma assistência melhor aos pequeninos da Educação Infantil, foram feitas algumas políticas públicas que historicamente tiveram certas influências de médicos higienistas, da igreja e de leis específicas que garantissem tais direitos. Dessa maneira, expondo medidas importantes referentes no ensino e no tomar de conta, através de projetos educativos respeitáveis na educação, com ênfase maior na Educação Infantil. Medidas essas que podem mudar, ou vim a mudar conforme o trabalho de cada escola, o fato é que muitas dessas escolas procuram mais da atenção na parte do cuidado do que no ensinar. Pensando nisso, Sayão comenta que as crianças necessitam de atenção, elas precisam dos adultos, no entanto é necessário dar educação, uma vez que esses pequeninos são indivíduos que possuem direitos a terem educação.

É preciso cuidar das crianças que ainda são dependentes dos adultos no que diz respeito a cuidados básicos, como a alimentação, a higiene, o vestuário. É preciso também educar essas crianças porque são cidadãs e não podem ser 19 privados do direito inquestionável de ter acesso ao conhecimento, socialmente produzido e expresso pela cultura. (SAYÃO, 1996, p. 15).

A docência no século XX foi adotada como uma prática de costumes femininos na primeira etapa de educação básica. Esse fato pode ser visto na totalidade do século XIX, nas denominadas escolas domésticas, como também poderiam ser chamadas de instituições de improviso, muitas dessas escolas não possuíam ligações com o estado e já outras, com professores selecionados sendo servidores públicos. Esse aspecto se manteve durante todo século XX, por causa de violentas mudanças econômicas, sociais e culturais que atrelavam o país, em consequência disso, aconteceu uma enorme participação de mulheres, como um todo, no mercado do trabalho. A educação no Brasil trabalhada sob a carga do

Estado, a profissão docente feminina teve início no final do século XIX, associada primordialmente com o crescimento primário do ensino público (Vianna, 2002, p. 84).

Quanto à figura masculina no século XIX, esta não se fazia muito presente nas instituições de ensino. Os homens que trabalhavam nessa área, ao decorrer do tempo, começaram a se recusar a dar aula às primeiras séries do ensino fundamental, o que ocasionou a ascensão da figura feminina neste âmbito. Tal particularidade sustentou-se ao longo do século XX, sendo instigado, principalmente, pelas diversas mudanças no cenário político, econômico, social e demográfico em que se encontrava o país.

Tal prevalência das mulheres no âmbito da educação pedagógica continuou pelo século XX, pois via a prática da docência nas primeiras etapas da educação básica como também no ensino médio era de caráter feminino em razão do grande número de mulheres ainda atuando no magistério. No Brasil, o comprometimento do ensino ficou a cargo do Estado, tendo como relação do progresso do ensino público na primeira etapa da educação básica a presença da mulher nestes espaços de ensino. Foi nessa época que a educação passou a ser categoricamente composta por mulheres, por meio da etapa de feminização do magistério. Falando sobre isso, Soares (2015) relata:

A legitimidade do feminino no padrão heteronormativo¹, falocêntrico² e compulsório é conferida a partir de referência que dependem exclusivamente da relação da mulher com o outro e dos papéis atribuídos socialmente nesta relação: esposa e mãe. Dessa maneira, as profissões adequadas para seu universo de características naturalizadas, estariam ligadas às qualidades do cuidado emocional e físico, como por exemplo, enfermeira, professora primária, cozinheira e bordadeira. Desse modo a diferenciação binária (homem-mulher) e as atribuições essencializadas das características atribuídas aos seres humanos (masculino-feminino) ligam-se diretamente às atuações e disputas de poder (SOARES, 2015, p. 242).

Ao decorrer do fim do século passado, o aspecto feminino na primeira etapa de educação fundamental já possuía sua própria formação. Em relação ao Brasil, destaca-se que já está consolidada a prevalência das mulheres na formação de grupo de professor, todavia, com base nesses dados, ainda que o maior número de docentes seja do sexo feminino, os grandes cargos ainda são ocupados pelos

¹ Heteronormativo- Diz a respeito à heteronormatividade, a definição de que apenas a união entre pessoas de sexos opostos ou heterossexuais são natural ou correta.

² Falocêntrico – Fala sobre o indivíduo do sexo masculino superior; focada na superioridade homem em detrimento das outras pessoas.

homens. Desta forma, eles acabam possuindo maior sucesso na sua área de atuação, ganhando cargos maiores e melhores salários.

Em consequência do supracitado, passou-se a cobrar mais aperfeiçoamento profissional como forma de ingresso no mercado de trabalho, fazendo com que houvesse reivindicações, principalmente nas áreas de docência. Diante dessa problemática, o governo passou a adotar medidas para dar resposta a essas exigências da classe trabalhadora.

Ao longo do final dos anos do Brasil Império, principalmente em meados do ano de 1860, foram adotados, em algumas regiões, cargo do quadro de docente para as mulheres na docência. Nas maiores cidades do Brasil, a figura feminina recebeu um grande prestígio no magistério público, principalmente no ensino fundamental nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

Sendo assim, fica claro que ao longo desses anos, houve o crescimento da presença das mulheres atuando não só nos primeiros anos da educação básica, mas nas outras etapas e categorias de ensino. Para melhor entendimento, relata-se que nas profissões historicamente destinadas ao “gênero” feminino, a função de professor é a que mais envolve um direcionamento histórico, uma memória e justificativas que invocam diferenças biológicas para dizer que é “natural” que a mulher opte por essa profissão (BRUSCHINI e AMADO, 1988).

Lado a lado uma equipe de estudiosos docentes perante o atento de modernas ideologias de educação apresentou um movimento de modernização educacional, quando no ano de 1932 anunciou-se a exposição dos percussores da nova educação. Diante de diferentes assuntos, a exposição introduziu os requerimentos públicos, o qual a propagação do ensino e, ainda, maiores espaços escolares. Tal manifesto falava:

Desprendendo-se dos interesses de classe, a quem ela tem servido, a educação [...] deixa de constituir um privilégio determinado pela condição econômica e social do indivíduo, para assumir um “caráter biológico”, com que ela se organiza para a coletividade em geral, reconhecendo a todo o indivíduo o direito a ser educado até onde o permitam as suas aptidões naturais, independente de razões de ordem econômica e social. A educação nova, alargando a sua finalidade para além dos limites das classes, assume [...] a sua verdadeira função social, preparando-se para formar “a hierarquia democrática” pela “hierarquia das capacidades”, recrutadas em todos os grupos sociais, a que se abrem as mesmas oportunidades de educação (AZEVEDO, 1932, 129-130).

Através das exigências feitas pelos trabalhadores, foram construídas duas faculdades, uma em São Paulo, em 1934, e outra no Distrito Federal, em 1935. Através dessas faculdades que foi inserido o curso de Pedagogia e Licenciatura, que se expandiram em todo Brasil através do Decreto-Lei nº 1.190 de 04 de abril de 1939. Foi por intermédio desse Decreto que constituiu a Universidade Nacional de Filosofia que tinha, entre outras formas, na sua missão em meio as outras, de formar os pretendentes para a docência do ensino regular e o ensino secundário. Com isso, formará operários cultos para exercer sua prática técnicas das suas tarefas.

Cabia aos formados em pedagogia ocupar o cargo, como também o papel da docência regular das matérias de pedagogia, seja em locais administrados por poderes públicos, seja nas instituições privadas, devendo sempre desempenhar o cargo, independente da disciplina a ser para a prática do ensino superior do curso de pedagogia.

Ainda em meados dessa época, era atribuído aos docentes mais antigos que alcançavam cursos superiores na área de pedagogia, através de concursos, os cargos de fiscalização escolar, planejamento de currículos, cargos administrativos, observações dos discentes e docentes, nas Secretarias dos Municípios e dos Estados, bem como no envolvimento com o Ministério da Educação.

Em 1946, com a promulgação da nova Constituição, em consequência da etapa de restauração da democracia do país. A confiabilidade sobre as bases e diretrizes da educação ficou a cargo da União, conforme o art. 5º, inciso XV, alínea “d” da Constituição, ficando a cargo da Câmara Federal, no ano de 1948, um esboço para tais orientações. Conforme os projetos foram sendo expostos, geraram-se várias controvérsias em relação aos princípios ideológicos adversos que resultaram na prorrogação da implantação da norma das bases e diretrizes que ocorreu apenas no ano de 1961. De acordo com a lei 4.024/61 a graduação em pedagogia permaneceu o mesmo plano de 3+1 por mais de 20 anos. Conforme Silva (1999):

Com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, Lei nº 4.024, emanam os pareceres do Conselho Federal de Educação de nº 251/62, que mantém o curso de bacharelado em Pedagogia, e o de nº 292/62, que regulamenta as licenciaturas (SILVA, 1999, p. 14).

Na época ora citada, o Brasil encontrava-se no período do Regime Militar, ocasião e que o Ministério da Educação Brasileiro (MEC) fez um acordo junto a *United*

*States Agency for International Development (USAID)*³, tendo como finalidade assegurar o auxílio técnico e assistência financeira ao sistema de educação brasileiro. Diante desse acontecimento, é destacado que o real motivo estaria ligado à origem econômica e não apenas a educação brasileira.

O ano de 1980 ficou marcado pela procura da identidade do curso de pedagogia. Esse ano, em suma, foi conceituado como uma década inútil, de certo modo, não sendo propício para o ensino, em razão dos aparecimentos dos movimentos dos docentes que, a partir de então, reorganizaram-se e focaram-se no ponto mais importante, qual seja a preparação da construção do profissional da educação. Em decorrência disso Marques (1992) destaca:

Os anos de 1980, geralmente considerados como a década perdida, não o foram, certamente, para a educação, se levarmos em conta o surgimento dos movimentos de educadores que desde então se reestruturaram no país e, em especial, a atenção a esta questão relevante, que é a da formação do profissional da educação (Marques, 1992, p. 71).

Ainda nessa época, muitos institutos foram criados com a finalidade de produzir o regulamento epistemológico referente ao curso de pedagogia, em especial, a CONARCFE (Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Educadores), em 1983. Foi através desta Comissão, em 1994, que se deu início a Associação Nacional de Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE). O trabalho realizado pela Associação foi de proporcionar estudos e debates que, por sua vez, se prepararam acerca de deliberações do Conselho.

O ano de 1990 foi marcado com progresso do neoliberalismo não só no Brasil, como em todo o mundo. Diante do cenário da época, ocorreram grandes transformações na área da educação, principalmente na etapa de desenvolvimento dos pedagogos. No Brasil, o presidente adquiriu as últimas exigências que giravam em torno do mercado de trabalho, em consonância com os mecanismos financeiros universais. Os remodelamentos educativos surgiram por causas das mudanças produtivas. O motivo destas melhoras está relacionado a moldar o método de ensino e seus regulamentos das práticas dos sistemas econômicos da recente regra internacional. Falando um pouco mais dessa época, Saviani (2004) aborda que:

³ United States Agency for International Development (USAID) – órgão dos Estados Unidos, responsável por distribuir grande parte da ajuda externa, isto é, exerce um reforço aos Estados Unidos em sua política externa, de modo que coopera com os países, nas áreas de política, saúde, economia, dentre outros.

O período atual, inaugurado com o lema “Brasil Novo”, na posse de Collor de Mello em março de 1990, assumiu claramente a prioridade da inserção do país no quadro do mercado globalizado comandado pelo capital financeiro ao qual se subordinam as políticas, de modo geral, e, especificamente, a política educacional. (SAVIANI 2004, p. 120).

Desta forma, a finalidade principal dessas alterações consiste em moldar as metodologias de ensino aos preceitos das políticas econômicas de novo cumprimento geral, trocou-se a concepção de desenvolvimento humano através de capacidades individuais em prol do mercado. O foco da educação mudou, com o intuito de ser discutido como ponto de vista essencial do progresso financeiro. Ao campo da educação foram atribuídos os fundamentos empresariais modificando o ensino em um item a serviço do mercado como mercadoria.

Fundamenta-se a construção de políticas educativas nos grandes países em crescimento com o acontecimento de três eventos. O primeiro evento foi em 1990, na Tailândia, em Jomtien, que foi o debate Mundial de Educação para todos. Logo após, teve o documento de CEPAL que trata da Comissão Econômica para América Latina e Caribe em meados dos anos 1990 e, por fim, teve o relatório de Delors da UNESCO nos anos de 1993 a 1996.

Para que tais eventos acontecessem, havia a necessidade de existir colaboradores para custear os gastos. Foi a UNESCO (Organização das nações unidas para educação, à ciência e a cultura) que patrocinou o Debate Mundial de Educação para todos e, ainda, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). A programação das Nações Unidas também fez parte desse evento, denominado de PNUD. Além disso, também teve apoio do Banco Mundial, tendo como cooperadores a atuação das ONGS, Governo, Agências Universais e Corporações Profissionais.

Com todos os acontecimentos, destaca-se que foram vários os governos que rubricaram o documento, se comprometendo com a instituição de ter uma prática de ensino de educação fundamental de bom respaldo para os adultos, jovens e as crianças. Com isso, ficou claro que esse plano era um programa educacional universal que juntou todos os países que apresentavam grandes taxas de analfabetismo. Envolveram-se nesse acontecimento: Brasil, China, Bangladesh, Índia, Egito, México, Paquistão, Nigéria e Indonésia.

No que concerne à situação do corpo que compõe o quadro de profissionais do espaço escolar, houveram algumas políticas incorporadas no Brasil, houve a

chegada da Lei de LDB 9.394/96 que determinou que a formação dos educadores dos anos iniciais do ensino fundamental e da educação infantil, presente nos quatro primeiros artigos desta lei. O artigo 62 trouxe consigo a criação da instituição de ensino superior para formar docentes com a finalidade de atuar na área do ensino infantil, como também para as primeiras séries do ensino fundamental, na formação normal de ensino superior. Aos profissionais da educação básica, não cabia mais deles nos estabelecimentos superiores na sua formação.

Após tal lei, surgiu a Lei nº 12. 014/ 2009 que veio para modificar o art. 61, informando que os referidos profissionais que, por sua vez, são constituídos na faculdade de pedagogia. Por fim, após longas discussões e conferências sobre pedagogia, que tinha como ponto central os aspectos do curso de pedagogia e desempenho do pedagogo. Essas discussões emanaram do andamento movido em conformidade com a acepção das recentes Diretrizes Curriculares Nacionais que foram destinadas ao curso de pedagogia. No dia 03 de dezembro de 2005 foram lançadas as propostas CNE nº05 e a CNE/ CP nº03, bem como a criação também das Diretrizes Curriculares Nacionais, por meio do documento CNE/CP nº 01, voltado para o curso de pedagogia que estabeleceu a função do pedagogo que tem a prática de ensino como alicerces no seu saber, permanecendo assim habilitado para agir no ensino da primeira educação básica quanto na coordenação das etapas pedagógicas, sejam escolares, sejam nas áreas de construção e transmissão do saber tecnológico como científico no espaço pedagógico.

4. GÊNERO E DIVERSIDADE

Neste capítulo, buscou-se tratar da visão de que a Pedagogia, como um curso, é vista como uma profissão direcionada ao sexo feminino. A discussão neste capítulo será baseada na constituição brasileira e nas ideias de Saffioti (1987), Catine (1997), Filho (2001), Sayão (2005), Filipe (2006), Júnior (2009), Instituto sou da paz (2011), Ramos e Xavier (2012), Louro (2012).

O termo gênero, tratando-se de uma forma de estudo derivada das ciências sociais, isso significa a união entre maneiras, pensamentos, padrões, particularidades, aspectos e emblemas produzidos culturalmente de acordo com as distinções existentes entre o que é para homem e o que é para mulher, como explana Saffioti (1987). Ainda assim, trata que: “implicando na direção binária e hierárquica com reflexos na interpretação das diferenças anatômicas que ocasionam, além disso, desigualdades no exercício do poder” (Saffioti, 1987, p. 32). Partindo dessa linha de raciocínio, na maioria das vezes, entende-se que essas particularidades impostas aos sexos masculino e feminino, tem haver com as etapas de padronização de modos, por causa do sistema sócio cultural e doutrinas que as criam, baseando nas concepções do autor citado acima.

Ao compreender a noção do conceito de gênero, percebe-se que esse termo acaba desfazendo as ideias da sociedade, pensamento este que compreende que a individualidade de cada ser é tida biologicamente. Sendo assim, nossa identidade vem sendo estabelecida socialmente, no que se refere a ser imposto à forma que diz respeito ao que é ser homem e ao que é ser mulher, isto é, independe da forma de como cada indivíduo se vê, pois ao sair dos padrões que são impostos, aquele acaba sendo tido como incomum. Sobre isto, vale observar o que trata Cirqueira e Santana:

Sabemos que nós não nascemos homens e mulheres, nossa identidade sexual é construída socialmente mesmo antes de nascermos, através das imposições da sociedade, nos ditando através de normas o que é ser homem e mulher, e o cidadão que desvia dessa norma é considerado anormal, desprovido dos mesmos direitos daqueles considerados normais. Foi essa questão de divisão dos papéis sociais, a reivindicação de uma cidadania feminina em igualdade com a masculina, o ponto principal das lutas feministas. (CIRQUEIRA e SANTANA, 2015, p. 21549).

A compreensão de gênero busca ratificar que esses moldes são assimilados ao longo da vida e com o decorrer dos anos, acabam se modificando de acordo com cada situação. Isso significa que a cultura através dos seus princípios, costumes e reflexões que afeta totalmente na formação da mulher e do homem (Instituto Sou da Paz, 2011, p. 11). Assim, quando se recai sobre o gênero, ao se tratar da educação, a criança tem seu corpo e não se resumindo somente a proteção que recebe, fora o seu lar, é dentro do espaço escolar em que a vida da criança é definida pelo adulto.

De acordo com Louro (1997), é de fundamental importância saber “entender o gênero como constituinte da identidade dos sujeitos”, o fato é que os indivíduos não tem apenas uma só identidade, seria de uma forma que se modifica ao logo dos anos. Dessa forma, muitas das atitudes dos homens e das mulheres são edificadas de acordo com os costumes, valores e ideias feitas pela sociedade, mas que podem ser alteradas. Partindo desse pressuposto, Louro (1997), conclui falando:

[...] Ao afirmar que o gênero institui a identidade do sujeito (assim com a etnia, a classe, ou a nacionalidade, por exemplo) pretende-se referir, portanto, a algo que transcende o mero desempenho de papéis, a ideia é perceber o gênero fazendo parte do sujeito, constituindo-o. O sujeito é brasileiro, negro, homem, etc. Nessa perspectiva admite que as diferentes instituições e práticas sociais sejam constituídas pelos gêneros e são, também, constituintes dos gêneros [...] (LOURO, 1997, p. 25).

Quando se discute gênero na Educação Infantil é, de certa forma, um debate muito interessante, em razão do pequeno número de homens que procuram esse campo de atuação para trabalhar, especificamente para lecionar para os pequeninos. Louro relata:

As diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelos gêneros (e também os constituem), isso significa que essas instituições e práticas não somente "fabricam" os sujeitos como também são, elas próprias, produzidas (ou engendradas) por representações de gênero, bem como por representações étnicas, sexuais, de classe, etc. De certo modo poderíamos dizer que essas instituições têm gênero [...]. (LOURO, 2012, p.92)

A Constituição Federal de 1988 aborda em seu conteúdo, a questão da diversidade, uma vez que proíbe todo e qualquer tipo de discriminação entre os gêneros, em seu artigo 5º estabelece que:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a

inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição. (BRASIL, 1988).

Junior (2011, p. 676), afirma que todos têm direito de serem tratados igualmente, na medida em que se igualem e desigualmente na medida em que se desigualem, quer perante a ordem jurídica (igualdade formal), quer perante a oportunidade de acesso aos bens de vida (igualdade material), pois todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. A exigência de igualdade decorre do princípio constitucional da igualdade, que é um postulado básico da democracia, pois significa que todos merecem as mesmas oportunidades, sendo defeso qualquer tipo de privilégio e perseguição. O princípio em tela interdita tratamento desigual às pessoas iguais e tratamento igual às pessoas desiguais.

Neste diapasão, fica claro que, ainda que trate de cargos/empregos em que o aspecto social ou até mesmo biológico, como as condições físicas do indivíduo para atividades que façam o uso da força, possa influenciar no desempenho diário destes, a lei, ainda assim, não permite tal discriminação. Todavia, ainda que haja previsão legal neste sentido, há profissões em que ainda há a predominância de um determinado sexo. A Pedagogia ainda é vista como uma profissão exclusivamente do sexo feminino devido a sua relação com a prática de cuidados com as crianças o que, ainda nos tempos atuais, é visto como uma atividade relacionada às mulheres. É fato, que o sexo feminino encontra-se em maior número nesta área profissional.

É importante destacar que os indivíduos do sexo masculino também aprendem não só a cuidar, mas também da todo suporte necessário que a criança necessita, ainda que de forma diferente das mulheres, o que não quer dizer que sua forma seja errada. Em suma, o profissional do sexo masculino que atua na área pedagógica exercerá sua profissão com o mesmo zelo de uma profissional feminina, desde que tenha capacidade e zelo pela sua área de formação. Ao falar das relações de gênero, se emprega também o termo diversidade e a forma como cada indivíduo enfrenta os seus próprios conflitos e lidam com ela mesma, que por sua vez é essencial ao convívio entre distinta. Catine (1997, p. 39) destaca bem essa distinção de gênero ao falar que:

Desde que os seres humanos nascem, a masculinidade e a feminilidade são marcas que identificam cada sexo e são impostas à psique da criança. Toda a vasta gama de elementos que constituem a nossa cultura atuam no

desenvolvimento da consciência social de meninas e de meninos. Tanto para homens, quanto para as mulheres, modos de ser e de estar no mundo são, portanto, construções históricas e culturais.

Fica claro que ao longo do tempo, que ainda os vestígios de gêneros refletem em uma grande parte das práticas do dia-a-dia, como também nos ambientes de socialização. O fato é que essas circunstâncias possam acarretar nas escolhas que o sujeito haverá que fazer ao longo da sua vida, com ênfase na carreira profissional. Partindo dessa mesma linha de raciocínio, Filho (2001, p. 17), salienta que a opção por determinada profissão:

É o resultado da formação social. Ideias, hábitos mentais, longamente firmados desde a infância; tradições da família; bom ou mau conceito local de determinado trabalho; influência direta muitas vezes dos nossos primeiros mestres que tomamos como modelo; modificações de melhoria econômica da profissão — tudo isso pode agir isoladamente ou em conjunto, num dado momento.

A noção de gênero é construída das ligações existentes entre os sexos masculino e feminino, a sociedade acaba determinando o que é próprio para cada sexo. O gênero masculino aos olhos da sociedade é visto como o indivíduo que não possui muita capacidade de controlar suas emoções em determinadas situações, principalmente em ambientes onde tenham muitas crianças envolvidas. Em outras palavras, as manifestações de afeto e interesse de homens por crianças, podem ser vistas, nos dias de hoje, com desconfiança (FILIPE, 2006, p. 214).

A figura masculina, muitas vezes, não são muito acolhida principalmente nas primeiras séries da educação básica, visto que as crianças de 0 a 3 anos, por exemplo, dependem muitos dos cuidados dos professores, nessa idade as crianças ainda não tem muito o controle para fazer suas necessidades fisiológicas, então, nessas horas o docente tem que intervir, quando se trata de um professor homem o preconceito já parte logo dos pais, eles já ficam em alerta porque um professor homem vai trocar fralda ou dar banho na filha, ou no filho dele ou algo do tipo.

De acordo com o Instituto Sou da Paz (2011, p. 15), em nossa sociedade, o status associado à masculinidade ainda está vinculado a uma visão que nos acostumamos a chamar de machista. Ela atribui ao homem um papel de liderança e domínio, supervalorizando algumas características, tais como força, coragem, capacidade de prover a casa e, no campo da sexualidade, a conquista de mulheres, grande apetite e potência sexual e a heterossexualidade como condição

fundamental. Por outro lado, características de cuidado e a expressão de emoções são consideradas “femininas” e, portanto, distantes do modelo de masculinidade mais aceito. Isso fica evidente tanto no cotidiano do seu bairro ou do trabalho quanto na imagem que é vinculada pela mídia, nos programas de TV ou nas fotos de revistas. Sabendo que toda pessoa, especialmente na sua juventude, busca sentir-se valorizada em seu meio social e, muitas vezes, não economiza maneiras de alcançar essa situação de visibilidade, podemos compreender melhor como essa forma de masculinidade é construída e reafirmada diariamente.

Por isso, há uma construção social que posiciona os homens como seres sexuados, ativos e perversos. Tal representação reforça a noção que coloca os homens como impróprios para cuidar de crianças pequenas. No outro extremo dessa polarização, as mulheres são posicionadas como seres assexuados e puros, e, portanto, ideais para essa profissão. Nesse sentido, o que ‘capacita’ as mulheres a tocarem nos corpos das crianças e gera a desconfiança quanto ao abuso dos homens, é que as primeiras controlariam sua sexualidade, enquanto os homens seriam incontroláveis (Sayão, 2005).

Nessa mesma linha de pensamento, Jane Filipe (2006) comenta que há alguns equívocos quando se retrata em violência sexual com crianças. Entre eles está o fato de que uma grande parte é do sexo masculino que está envolvida como os que praticam os abusos. Mas, fato este que seria um absurdo de se pensar, que a pedofilia e o abusador ao grupo dos homossexuais, seria uma forma de alegar que eles fossem apresentar algum perigo nas principais maneiras, nas atitudes e nas formas sexuais de se relacionar, vistas como certas. É de fundamental importância rever os índices de casos relacionados à sexualidade com criança raramente fazem alusão às figuras do gênero feminino, visto que as mesmas no cargo de docentes dos pequeninos, como também no papel de mãe, essas mulheres não dariam motivos cabíveis para praticar tal ato, mas na prática, isso nem sempre é verdadeiro “elas trazem consigo a vocação para a maternidade e as mães, por natureza, é que protegem e cuidam – com desvelo – dos filhos pequenos e jamais cometeriam qualquer tipo de maldade contra crianças” (RAMOS e XAVIER, 2012, p. 108).

Quando se trabalha com meninas e meninos jovens, fica claro e evidente que o fator da classe social, raça, etnia e orientação sexual têm influência na socialização e no estilo de vida que esses jovens vivem. Ao se tratar de diversidade, é destacado que esse termo é um aspecto essencial da vida nos dias atuais, como

uma forma de interação sistemática em princípios democráticos na prática da interação da compreensão. Trabalhando com o aspecto de gênero, é visto que não pode se dizer que há uma forma de ser mulher e outra de ser homem. No momento em que se trabalha com essa perspectiva, a forma que é empregada é com diferentes probabilidades de masculinidades e feminilidades em que, valorizando essas particularidades que vão colaborar para que os jovens tenham sua própria autonomia nas suas escolhas e que de certa forma influencia na sua felicidade e seja bem visto pelas demais pessoas.

É importante destacar, que ao longo de nossas vidas somos ensinados a discernir as expressões que são atribuídas às mulheres e o que se enquadra ao homem, esses padrões não são algo que já é da nossa natureza humana. Isso quer dizer que, essas analogias que são empregadas aos sexos masculino e feminino são construídas culturalmente ao longo do tempo pelos padrões que a sociedade impõe. Ao decorrer dos anos, a criança vai sendo educada de acordo com o seu sexo, que aos meninos será ensinado todas as coisas que corresponde à figura masculina, da mesma forma a mulher, que será educada de acordo com os padrões femininos. Diante disso, fica em total evidência que a família e a sociedade, em geral, possuem total influência na educação das crianças de acordo com o sexo biológico de cada uma delas.

Ao pensar em propagar a diversidade, é ponto chave para que haja uma boa interação entre as pessoas, é fundamental que tenha um bom senso nas decisões contrárias que a outra pessoa escolheu. A convivência é um dos principais fatores que acabam afastando as pessoas umas das outras, muitas vezes, os princípios básicos, como o respeito, é esquecido. Isso é um dos motivos que levam os indivíduos a gerarem a discórdia, na forma de se relacionar com o outro, para que todos possam viver de uma forma pacífica e saudável.

Com o avanço das novas tecnologias do meio de comunicação, informação e com as etapas de globalização trouxe ao mundo novas situações para impulsionar a relação entre várias culturas e entres os indivíduos de certo modo.

Contudo o que foi mencionado, apesar de com o passar dos tempos às diferenças predominantes terem sido diminuídas, ainda existem entre o homem e a mulher na profissão do docente na Educação Infantil desigualdades em sua profissão, mas, isso não pode impedir de que novos profissionais especializados na

área, que influenciam no desenvolvimento da criança e do país, sejam simplesmente excluídos no mercado de trabalho pela escolha de sua profissão.

5. A FEMINIZAÇÃO DA DOCÊNCIA NA PEDAGOGIA

Este capítulo busca mostrar a posição de superioridade que a mulher é colocada na pedagogia, em que historicamente, por ela ser ligada ao cuidado com as crianças, são da mesma forma, ligadas na escolha de sua profissão, embasando-se nas ideias por Apple (1988), Amado e Bruschini (1988), Fontoura (1995) e Yannoulas (2001).

Durante vários anos, se tinha na sociedade o pensamento de que mesmo com as diferenças existentes de homem e de mulher, a prática que era atribuída à mulher era de cuidar dos filhos e da casa, por outro lado, o homem era responsável em trabalhar para poder manter a sua família, essas eram as percepções que entre outro se destacavam em relação aos gêneros masculino e feminino. Com isso, abria brecha para que os homens utilizassem esse termo para se sobrepuser em cima das mulheres. No campo da educação, antigamente, desde o período medieval, a função do professor era um cargo atribuído predominantemente pela presença do sexo masculino. Nesse tempo, era ele o possuidor do conhecimento, ficava a cargo dos homens a instrução mental das pessoas, assim como, a parte do tomar de conta dos próprios. De fato, o homem como cuidador passou a ser percebido só no começo da contemporaneidade, segundo Louro (2012):

O processo educativo escolar, que se instala no início dos tempos modernos, se assenta, pois, na figura de um mestre exemplar. Diferentemente dos antigos mestres medievais, ele se tornará responsável pela conduta de cada um de seus alunos, cuidando para que esse carregue, para além da escola, os comportamentos e as virtudes que ali aprendeu. Para que isso aconteça, não basta que o mestre seja conhecedor dos saberes que deve transmitir, mas é preciso que seja ele próprio, um modelo a ser seguido (LOURO, 2012, p.96).

Contudo, hoje em dia, é visto que em alguns casos as circunstâncias esta se tornando oposto, por consequência das modificações feitas nesses ambientes e por meio da feminização do magistério durante a segunda parte do século XIX, que por sua vez não aceitou, só aceitou a entrada das mulheres nos locais de aula, mas também aos poucos elas foram se tornando com maior número nas escolas, por causa disso, a profissão ficou considerada como feminina. Explicando melhor sobre o que foi relatado, Fonseca (2010) traz como se deu essa feminização, compreende

que as causas centrais estão ligadas ao cuidado, o fato é que esse cuidar está intimamente ligado à mulher. Partindo desse pressuposto:

Cuidar, tomar conta (das crianças) é um papel social atribuído às mulheres já que se aproximam dos atributos maternos, ao lado de outras que socialmente se atribuem ao gênero feminino e que pode ser uma das bases para se entender a feminização do magistério (FONSECA, 2010, p. 69).

Será que de fato o que leva o homem ou a mulher a procurar a carreira profissional na área da Educação Infantil? Seria por amor? Dinheiro? Ou simplesmente por falta de opção? Nessa mesma linha de pensamento, alguns questionamentos são levados:

O que é que levará, por exemplo, a mulher a ser professora? Situar-se-á a escolha ao nível da missão, do amor pelas crianças, da conciliação possível entre a vida familiar e a vida profissional ou ao nível do “desejo” de ensinar? E que significará este desejo de ensinar? Será que tem o mesmo significado para a professora “mãe de família” para a professora “militante” ou para a “feminista”? [...] Neste desejo de ensinar há fatores conscientes e inconscientes responsáveis por uma dualidade permanente. Para lá dos imperativos institucionais ou familiares há imperativos interiores responsáveis por um “contínuo em movimento” e conseqüentemente por realizações sucessivas sempre parcelares e incompletas (FONTOURA, 1995, p. 176-177).

Aos olhares da sociedade, o curso de pedagogia é voltado para o sexo feminino, isso se dar principalmente por fatores históricos por se tratar de um curso que trabalha diretamente com crianças pequenas, então, subentende-se que pelo vínculo que as mulheres com os seus bebês, possuem mais malevolência para trabalhar na Educação Infantil. Muitas mulheres acabam escolhendo seguir a profissão docente por amor ao que faz, não só apenas pela questão financeira, até porque infelizmente o pedagogo não ganha o valor que merece.

Em relação às mulheres na pedagogia, Bruschini e Amado comentam em sua obra:

Embora o encargo da mulher com a socialização infantil seja fruto da divisão sexual do trabalho, diferenças biológicas são invocadas para justificar esse fato como “natural” (...). Historicamente, o conceito de vocação foi aceito e expresso pelos próprios educadores e educadoras, que argumentavam que, como a escolha da carreira devia ser adequada à natureza feminina, atividades requerendo sentimento, dedicação, minúcia e paciência deveriam ser preferidas. Ligado à ideia de que as pessoas têm aptidões e tendências inatas para certas ocupações, o conceito de vocação foi um dos mecanismos mais eficientes para induzir as mulheres a escolher as profissões menos valorizadas socialmente. Influenciadas por essa

ideologia, as mulheres desejam e escolhem essas ocupações, acreditando que o fazem por vocação; não é uma escolha em que se avaliam as possibilidades concretas de sucesso pessoal e profissional na carreira (AMADO e BRUSCHINI, 1988, p. 7).

Amado e Bruschini comentam também o outro lado da moeda, sobre as escolhas que as mulheres fazem ao optar pela docência na educação infantil. Isso vai além do amor pela profissão, muito, às vezes o significado dessa ligação é uma camuflagem para a docente, não busca uma condição melhor de vida. Em outras palavras:

Ao se dar conta de que o magistério não é uma vocação ou um “chamado”, ao qual se atende por ser mulher; ao perceber que o magistério é uma profissão que exige sólida formação pedagógica, esforço, dedicação e competência e espírito de classe, mas à qual, em contrapartida são devidas boas condições de trabalho e remuneração compatível, somente então a professora poderá agir como profissional, buscando o aprimoramento de sua formação, reivindicando melhores condições de trabalho, enfrentando a relação com os alunos com afeto, mas sem o disfarce do amor e pleiteando salários mais justos, através de sua participação em seu órgão de classe (AMADO e BRUSCHINI, 1988, p. 11).

Ainda sobre o mesmo assunto, continua:

É necessário destacar a legitimidade da escolha das mulheres que, conscientemente, preferem ser donas de casa ou profissionais em áreas femininas por tradição, no caso em que a escolha é verdadeira. Dito de outra forma, quando se baseia no conhecimento de toda a gama de oportunidades e possibilidades de desenvolvimento pessoal inerente a uma profissão ou ocupação. O que se discute é a restrição das possibilidades oferecidas/percebidas pelas mulheres e não as escolhas baseadas na liberdade pessoal (YANNOULAS, 2001, p. 75).

De acordo com Apple (1998), o trabalho da mulher é considerado de alguma forma inferior ou de menos status pelo simples fato de ser uma mulher quem o faz. O suposto “jeito para cuidar” feminino, as qualidades empáticas, “naturais” das mulheres e seus salários relativamente baixos tornavam-nas ideais para ensinar em tais escolas (Apple, 1988, p. 16/19).

A docência na Educação Infantil é um campo profissional a qual demonstra o fracionamento resultante desse aspecto de separação sexual do trabalho, em que o homem está vinculado ao trabalho de produtividade e as mulheres ligadas aos trabalhos de reprodução. O ensino, para os pequenos, esta atrelado ao campo das tarefas domésticas, como também, ao domínio da área reprodutiva, com isso, acaba que a profissão se torna de caráter feminino. Dessa maneira, mostra que desde o

começo da profissão de Educação Infantil, as mulheres estão ligadas a mesma. Associando o começo da docência da Educação Infantil, com o sexo feminino a autora comenta:

A educação infantil – tanto na vertente creche quanto na vertente pré-escola – é uma atividade historicamente vinculada à "produção humana" e considerada de gênero feminino, tendo, além disso, sido sempre exercida por mulheres, diferentemente de outros níveis educacionais, que podem estar mais ou menos associados à produção da vida e de riquezas. Isto é, diferentemente de outras formas de ensino, que eram ocupações masculinas e se feminizaram, as atividades do jardim-da-infância e de assistência social voltada à infância pobre iniciaram-se como vocações femininas no século XIX, tendo ideais diferentes das ocupações masculinas que evoluíam no mesmo período. (ROSEMBERG, 1999, p. 11).

Foi na metade do século XX, que o movimento feminista ganhou força com várias investigadoras que apresentaram uma substituição à ideia de “distinção entre sexos” por “distinção entre gênero”, com a finalidade de exibir que a cultura através de práticas, valores, discursos, tem influência na construção da identidade do ser mulher e do ser homem. Os ambientes de interação, que possui o caráter informal e instrucional, proporcionam a todo o momento, padrões que são incorporados desde crianças.

Ao decorrer da vida, o indivíduo já escuta falar dos seus pais e familiares, que certos brinquedos são de meninas e outros, de meninos. Como um exemplo a ser citado, que a bola é destinada para os homens e a boneca seria o brinquedo das meninas, os meninos não podem brincar de cozinhar e nem lavar as panelas. Esse mesmo pensamento é empregado nas crianças em relação às cores das roupas, o homem não pode usar roupa rosa, que essa cor seria voltada para as mulheres, são reflexões como essas, que tendem a criança a crescer com alguns tipos de preconceitos para a execução de algumas tarefas no decorrer do seu crescimento.

A escola tem uma função primordial na formação da sociedade, são através das práticas pedagógicas dos professores que são empregados nos alunos os valores, comportamentos e ideias apropriadas para cada sexo. Então de fato, o indivíduo de uma forma geral inclina-se para apresentar um olhar positivo de quão grandemente é a função social da educação, relacionando no que diz a respeito de viver em sociedade, como também a função primordial que a própria cumpre sobre o meio. Desse modo, como ambos os sexos em uma mesma profissão objetivam um mesmo fim, que é de dar seguimento educacional na vida dos jovens, estes

deveriam ser igualmente vistos, ou seja, como busca o tópico seguinte (A Masculinização da Docência na Pedagogia) está tratando especificamente dessa figura masculina, como a sociedade e o mundo em geral, estão em constantes mudanças, o homem especificamente, não pode ser visto como era antes em tempos antigos.

6. A MASCULINIZAÇÃO DA DOCÊNCIA NA PEDAGOGIA

Como no capítulo anterior, decorrente da história, tanto o homem como a mulher tinham papéis definidos, neste tópico que trata da Masculinização da docência na pedagogia, será discutido o papel do homem em tal profissão, baseando-se nas ideias de Froebel (1782-1852), Almeida (1995), Saporoli (1996), Carvalho (1998), Batista e Codo (2002) e Sayão (2005).

Nas pequenas e grandes cidades, o índice de violência tem se manifestado de várias formas, a maioria desses casos de violência está ligada a presença da figura masculina, principalmente nos casos de violência doméstica. De acordo com o mapa da violência de 2016, por arma de fogo no Brasil, destaca que os mais envolvidos nesses casos são principalmente homens com o percentual de 94,4 % dos casos na média nacional. Entre os estados e regiões do país existe uma grande semelhança nessa linha. Todos esses dados estão de fato ligados com uma margem de 91% e 96% dos casos com vítimas do sexo masculino.

Os atributos que foram dados aos homens, de certa forma, foram construídos essencialmente ao decorrer da história, que é por isso que o homem está sempre em constantes mudanças. Ao longo dos anos, os homens foram educados através da socialização com os demais indivíduos perante certa percepção de mundo, diante desse ponto de vista, é visto que o homem na maioria das vezes reflete comportamentos, atitudes e expressões que representam, de certo modo, esses conhecimentos. A postura agressiva que a maioria dos homens possui hoje em dia está associada à forma de vivência da masculinidade, que esses traços foram autênticos, além disso, determinadas socialmente por grupo de colegas, família, escola e outros núcleos sociais que esses indivíduos antes viveram e convivem.

Além disso, Carvalho (1998) apresenta as dificuldades sofridas por estes ao lidar com crianças do ensino fundamental:

Trata-se de pessoas do sexo masculino, lidando diariamente com expectativas, conceitos e tarefas culturalmente associados à feminilidade e que, uma vez que a estreita correlação entre feminilidade e mulheres, masculinidade e homens também é um pressuposto estabelecido, são igualmente expectativas, conceitos e tarefas estreitamente associadas às mulheres (CARVALHO, 1998, p. 88).

Em meio a todos esses pontos debatidos, a presença masculina tem muito haver com um olhar que por muitos se denominam por “machistas”. Esse termo denominou o homem como uma função de autoridade e de comando, com isso, enriquecendo algumas qualidades como competência, força, aptidão para ordenar a casa, na área da persuasão ele tem que tomar a atitude e com grande desejo sexual. Já em relação a atributos do cuidado, e a prática de manifestação de sentimentos são atribuídos como “femininas” que são demonstradas mais as mulheres. Tudo isso, fica claro que é empregado no dia a dia no trabalho, como também no espaço onde os indivíduos moram e relaciona, essa é a imagem que é empregada pelos meios de comunicação de forma geral, sobre determinado gênero.

Ao decorrer dos anos, vem crescendo de uma forma satisfatória o número de pesquisas e investigações que se destina a entender melhor os padrões de masculinidade, dessa forma, interferir desse modo, na contribuição dos homens para que eles tenham a vida de uma forma mais saudável, que seria adotar papéis como de cuidador e com isso diminuindo as diferenças de gênero que permeia as circunstâncias de violências. Dessa forma, pretende-se colaborar para que tenham homens jovens conseguindo solucionar seus próprios conflitos internos através da interação e não da força, passando assim, a aceitar melhor e apreciando a diversidade com outros olhos e aumentando as práticas atuais de masculinidade, de certa forma, livre de determinações.

Uma das principais autoras que debate sobre o gênero masculino na pedagogia e em sua prática docente em Educação Infantil, é a pesquisadora Deborah Thomé Sayão (2005), que possui experiência na área de educação, com ênfase em tópicos específicos de educação. Atuando principalmente nos seguintes temas: Relações de gênero, educação infantil, trabalho docente. Ela traz, em umas de suas pesquisas, uma abordagem sobre os preconceitos que os pedagogos homens sofrem na sua profissão como professora, no âmbito do espaço escolar da educação infantil.

Em sua tese de defesa do doutorado, Deborah Thomé Sayão (2005) destaca que algumas dificuldades que a figura masculina encontra na sua prática de atuação com criança, que culturalmente é posto, que para cuidar das crianças era uma atividade realizada melhor pela figura feminina, por se tratar do afeto de mãe para filho.

São evidentes os preconceitos e estigmas originários de ideias que veem a profissão como eminentemente feminina, porque lida diretamente com os cuidados corporais de meninos e meninas. Dado que, historicamente, e como uma continuação da maternidade, os cuidados com o corpo foram atributos das mulheres, a proximidade entre um homem lidando com o corpo de meninos e/ou meninas de pouca idade provocam conflitos, dúvidas e questionamentos, estigmas e preconceitos (SAYÃO, 2005).

Tendo em vista, que culturalmente a profissão do magistério era de caráter exclusivo de mulheres, deixa clara a diferença de gênero entre homem e mulher. Por se tratar de uma profissão de natureza feminina, que não precisaria, de certa forma, de exercer um trabalho pesado, a forma de pagamento era muito degradante. Para Almeida:

A relação entre feminino e masculino não é como as duas faces de uma mesma moeda, mas sim assimétrica e desigual. Legitima uma forma de dominação, em que o gênero da pessoa marca ascendência ou submissão social, à semelhança da classe social, da idade, do status. Mas é uma forma de ascendência social que se reproduz na base de um processo de naturalização: a desigualdade entre homens e mulheres não é vista como um processo social, mas como uma realidade ontológica. Os dominadores não têm “complexos de culpa”, as (os) dominadas (os) resignam-se (ALMEIDA, 1995, p. 242).

A instituição de ensino, de certa forma, pode influenciar na diferença de gêneros no espaço de aprendizagem. Como é o caso da família, que colabora para as etapas de aprendizagem social. É destacado por Batista e Codo (2002), que tem ocorrido o progresso na profissão da presença masculina na docência do ensino fundamental, ainda que a prevalência seja da figura feminina. O efetivo de mulheres na prática da docência é muito maior de que os dos homens, mas a figura masculina tem tendência a crescer.

Ao trazer à tona a relação entre identidade de gênero e trabalho, mostrando que profissão não tem sexo predefinido, porque ele é produzido socialmente e datado historicamente, instala a perspectiva de que processos de “feminização” e “masculinização” das profissões podem suceder-se ao longo da história, exigindo dos pesquisadores a descoberta e a reconstrução, em cada caso particular, de relações entre identidade e gênero e exercício das profissões, tanto como a articulação desses processos com mudanças de índole estrutural na sociedade. (BATISTA e CODO, 2002).

O autor que vai destacar sua preocupação com a Educação Infantil é Friedrich Froebel (1782-1852). Sua obra teve grande respaldo, considerada como um clássico da primeira infância, ele atuou como professor em uma instituição, onde teve contato com a educação em que o sistema de ensino era baseado nos conceitos de Pestalozzi. Froebel foi o fundador dos jardins de infância, ele destacou que a parte mais importante e decisiva no desenvolvimento humano, era o início da infância, por se tratar da parte mais fundamental, eram necessários certos cuidados. Ele comenta que para cuidar da primeira etapa da educação, as mulheres eram mais indicadas para essas responsabilidades.

Em suas obras, Froebel mesmo sendo o criador dos jardins de infância, tendo a preocupação voltada para as crianças, pode ser de sua responsabilidade, por provocar agitações que a sociedade possa recusar a presença masculina na educação infantil, ao assegurar que somente a figura feminina estava preparada para esse papel.

A autora Maria Pinto de carvalho(1999), em sua obra “No coração da sala de aula: gênero e trabalho docente nas series iniciais” comenta sobre a relação do cuidado dos professores com os alunos, sendo que a autora fez uma investigação fazendo o uso de algumas concepções evidentes no processo da Educação Infantil. Na coleta de dados da autora, é destacado que em relação à área, que é vista como feminista, o docente homem não possui sua condição de gênero danificada, pelo contrário, ela coloca que eles tinham privilégios. Sua obra colabora para que possamos refletir sobre os cuidados pedagógicos.

Ao refletir sobre a figura masculina na área da Educação Infantil, é visto como uma forma de oposição, visto que bate de frente com os conceitos empregados culturalmente e sociais, interpostos pelas semelhanças de poder e de gênero, que por sua vez, estabelecem a prática de ensino na área da educação infantil, como uma prática para mulheres. Analisando as semelhanças existentes no poder e no gênero que ultrapassam esses assuntos, visto que o emprego da figura masculina em um curso que é classificado propriamente para mulheres e por outro lado, a mulher cursando uma graduação que é dita como um curso voltado para homens, isso quer dizer que abre brecha para discutir as probabilidades de trabalhos limitados pela questão de gêneros. Isso quer dizer que através desses fatos geram um pensamento que existe profissão de homem, quanto profissão de mulher, com esses termos propriamente dito acaba constituindo certa luta de gênero.

De forma geral, para avaliar esse contexto que envolve a relação de gênero, não pode deixar de voltar no passado para lembrar-se do fator histórico que permeia a profissão do professor no Brasil, que longo do tempo à etapa que foi mais conhecida como feminização do magistério, aconteceu de forma crescente sucessivamente. Ao refletir sobre os debates sociais, que gira em torno da graduação em pedagogia geram e ao mesmo tempo conquistam uma representação a respeito dos docentes e as docentes que escolhem essa área de formação, o que fica claro é que a quando a figura masculina começar a cursar essa graduação que por muitos é vista como uma área voltada para mulheres, é que esses homens nesses espaços acabam causando certo desconforto e produzindo um conceito que o homem não está empregado em seu devido lugar. Pesando assim as pessoas tende a pensar que as mulheres são quem procuram mais fazer o curso de pedagogia. Com isso, gera um estranhamento nas pessoas ao ver o homem nesses espaços. Mas, de acordo com Finco (2003, p. 56) “não é só por que há mulheres que a profissão é feminina”. Diante disso, fica claro que não é apenas as mulheres que são designadas para dar aulas na educação infantil, não é algo pronto e acabado, isso são fatores que são construídos culturalmente. Partindo dessa linha de pensamento a autora relata:

Neste sentido, não há um “saber natural” das professoras para educarem as crianças na creche, por que todo conhecimento mobilizado foi aprendido socialmente. Há que se considerar que, historicamente, as bonecas são brinquedos oferecidos principalmente, as meninas, e ainda persiste a valorização distinta do feminino e do masculino, por que as meninas é que são consideradas a atribuir sentimentos às bonecas e às pessoas (FINCO, 2003, p.56).

Tendo em vista que a presença do homem no campo e na área de estágios do curso de pedagogia provoca vários pontos que transpassa o jeito quão grandemente os vínculos entre a família, escola e estágio que se promovem, possibilitando diversas dificuldades para as etapas de formação dos docentes do curso de pedagogia ao longo da sua graduação.

A maioria dessas dificuldades está em torno das escolas, quando vão receber algum professor ou estagiário homem para atuar na Educação Infantil, o que mais predomina também são os olhares receosos para esses educadores, que eles estão atuando na profissão errada, porquanto que o homem não é capaz de lecionar para as crianças pequenas. Baseado nessas situações fica claro que os desafios que a

figura masculina enfrenta nesses espaços de educação infantil, na maioria das vezes os homens só arrumam alguns estágios, porque algumas escolas não são obrigadas a pagar alguma remuneração. Com isso, abre margem para que se pense que o homem trabalhando com crianças nessas instituições de ensino pode aliciar ou algo do tipo, praticando assim, atividades relacionadas à pedofilia.

De forma geral, a escola é vista como um espaço social que forma e se estabelece prováveis, aspecto que passam a ser apresentados como formas ameaçadoras. Pensando assim, o que é destacado é que a maioria dos casos envolvendo problemas, como também crimes contra crianças pequenas, a figura masculina aparentemente se predomina a sua imagem, com isso, acaba passando a imagem do homem como um ícone de índole de um “malfeitor” com problema com algum tipo de doenças metais envolvendo crianças pequenas.

Ao falar sobre as instituições de ensino na área da educação infantil, é demonstrado que os homens ao atuarem nesses espaços como professores das crianças, os olhares dos demais funcionários desses locais de ensino ficam voltados para eles, de um jeito que esses profissionais não se sentem tão bem trabalhando nessa etapa da educação básica. Por se tratar de um homem atuando como professor da educação infantil, às vezes esses docentes acabam sendo colocados em funções de apoio em que todos possam ver o que eles estejam fazendo no seu ambiente de trabalho. Sobre isto, observa-se que:

Nesse contexto, analisamos que os discursos sociais acerca da formação em Pedagogia produzem e difundem um perfil sobre as/os estudantes que ocupam essa graduação, imagem que se confronta com a presença de sujeitos masculinos nesse espaço, acarretando “estranhamentos” e o estereótipo do “homem fora do lugar” (POLATO e RANGEL, 2015, p.7).

Quando se discute, sobre a presença da figura masculina atuando na prática da docência com crianças pequenas com pai e outros parentes a visão que esses homens que atuam nessas áreas são de caráter afeminado ou os que abusam de crianças sexualmente. Esses termos são destacados porque os homens na educação infantil, que exercem a função de professor nessas instituições de ensino fundamental básico não é função de homem, que esses professores teriam que procurar um trabalho mais masculino, que seria aqueles trabalhos em que o homem pudesse exercer sua força bruta, já que essa profissão é visto por muitos como

feminina. Falando dessa relação existente entre ambos os sexos, Campos (1991) descreve:

É como se a maternidade efetiva ou potencial de qualquer mulher impedisse, ou bloqueasse, a erotização de suas interações com a criança. As imagens de inocência e pureza ligadas à maternidade não parecem extensivas à paternidade. Quando homens se dedicam ao trabalho educativo com crianças pequenas passam a ser suspeitos tanto sobre sua identidade masculina, quanto sobre sua moralidade. (CAMPOS et al., 1991, p. 55).

De forma geral, a educação nos dias atuais em todas as suas modalidades de ensino, tem como os seus professores do sexo feminino, tendo maior ênfase na educação infantil, visto que é nessa etapa de ensino onde existe um maior índice de diferença de gênero, o motivo seria que só as mulheres teriam mais afinidades de lidar com as crianças por causa dos cuidados maternos, em meio a esse fato, Sayão comenta a necessidade de cuidados corporais na educação infantil. Ela comenta:

São evidentes os preconceitos e estigmas originários de ideias que veem a profissão como eminentemente feminina porque lida diretamente com os cuidados corporais de meninos e meninas. (...) os cuidados com o corpo foram atributos das mulheres, a proximidade entre um homem lidando com o corpo de meninos e/ou meninas de pouca idade provoca conflitos, dúvidas e questionamentos, estigmas e preconceitos (SAYÃO, 2005, p. 16).

A partir desse contexto, ficou claro que existem algumas profissões com o perfil mais feminino e outras de caráter mais masculino. Pesando assim, existe uma grande quantidade de homossexuais, liderando as cozinhas, em centro de estética e capilar, dentre outras profissões. Partindo desses argumentos, fica claro que nem todos os homens têm a coragem de assumir uma profissão que por muitos são de perfil feminino, há ainda uma grande barreira, que implica que esses tipos de serviço não são para “Cabra macho” e se alguns desses homens assumirem alguma dessas profissões ditas como femininas, eles estavam com algum problema no seu jeito de ser.

Existe um grande pensamento de que o homem para exercer sua masculinidade tem que possuir um trabalho onde ele possa usar toda sua força bruta para ser uma atividade digna de todo homem provedor do lar. Aqueles trabalhos que são de pouco esforços físicos, como cuidar de crianças, não era de atitude de um verdadeiro homem. Por isso, fica a ideia que existem dois tipos de

homens, um que possui o verdadeiro trabalho braçal de um homem e outro que não se encaixa no perfil do homem de verdade, ou seja, que realiza tarefas consideradas leves para um homem. O cargo que era colocado à mulher, seria a função de ficar cuidando das crianças e fazendo as atividades do lar. Por isso, que se remete ao cuidado de crianças nos espaços escolares, seria para as mulheres e não para os homens. O grande embate está em torno dessa linha de raciocínio.

Para o homem desempenhar um trabalho com crianças pequenas nas instituições de educação infantil, a sua honra, aos olhares de muitos da sociedade, é posta como suspeita ao executar esse tipo de atividade. Que o homem não é adequado para desempenhar o papel de cuidador desses pequeninos, e se esses indivíduos assumirem esses papéis, seu perfil é julgado, nas maiorias das vezes, como “afeminado”. Nesses espaços de educação para crianças, a figura masculina, lecionando, para esses menores, geram uma forma de preconceito de que as meninas, junto com o professor homem, não seria uma boa ideia. Devido ao fato de que o homem com uma criança é como se fosse um pervertido sexual. Referente a isso Felipe (2006) destaca:

(...) às campanhas em torno do combate à violência/abuso sexual e uma ampla divulgação na mídia envolvendo padres, médicos, educadores, artistas e outros acusados de pedofilia, têm levado a mudanças de comportamento e a um certo pânico moral, através de um monitoramento de possíveis ações que antes pareciam tão inofensivas, mas que hoje podem ser interpretadas ou mesmo confundidas como nocivas às crianças. Tal situação tem levado muitos profissionais, no campo da educação, por exemplo, a mudarem seus comportamentos frente às crianças, para não serem confundidos com pedófilos. Refiro-me aos homens que trabalham com a educação infantil (0 a 6 anos) que, para evitarem maiores problemas, procuram não ficar sozinhos com elas – especialmente numa situação de troca de fraldas – ou mesmo colocá-las sentadas em seus colos (p. 214).

Ao decorrer dos anos, o curso de pedagogia na sua história, trouxe como estabelecido o seu componente de estudos e metas essenciais às etapas pedagógicas em outros lugares e nos espaços escolares, extraordinariamente ao ensino de crianças nas primeiras etapas da educação básicas. Em destaque, é colocado que nas principais orientações para o curso de pedagogia foi o aprendizado na maneira de lecionar. O curso tinha duração de três anos para bacharel, e ao formado em licenciatura, era atribuído mais um ano de didática, com isso ele passou a ser popularmente titulado como o sistema de 3+1. A formação oferecida ao formando de licenciatura, quanto aos bacharéis no início era com três

anos exclusivos as cadeiras de conteúdos adequados para os alicerces da educação. Já na quarta, a formação em didática que era voltada a todas as áreas da licenciatura possuía as matérias em psicologia educacional, bases biológicas da educação, didática de forma geral e entre outras disciplinas.

6.1 A VISÃO DA SOCIEDADE: SÍNTESE APRESENTADA PELOS AUTORES

Diante de tudo o que foi exposto, o capítulo a seguir traz reflexões sobre as questões que envolvem o objeto de estudo, fundamentando-se nas ideias de Venturini e Thomasi (2013), Fonseca (2011), Cristina (2014).

A sociedade, em especial os pais, ainda veem a presença masculina na educação infantil com muito preconceito, desvalorização e, principalmente, estigmas. Pode se dizer que os preconceitos sofridos por estes profissionais se dão pelo fato do patriarcalismo⁴ e machismo⁵ que ainda influenciam a sociedade brasileira. A figura masculina ainda é conceituada como agressiva, racional, o que determinará a profissão que será por ele exercida, como áreas em que há a utilização da atividade braçal e até mesmo intelectual. Já a figura feminina é vista como dócil, afetiva, carinhosa, o que se encaixa perfeitamente nas áreas de educação infantil e ensino fundamental, razão pela qual os profissionais do sexo masculino não são considerados aptos para exercê-las.

Sendo assim, observa-se que, mesmo em meio a essas transformações no âmbito educacional infantil, algumas ideias e conceitos sobre a figura masculina na educação infantil permanecem inalterados. Pois, histórica e culturalmente, na sociedade, a mulher sempre esteve encarregada de educar e cuidar dos filhos. De certa forma, a construção da imagem social do professor da educação infantil teve origem na vinculação entre ensino escolar e família e entre mãe e professora, ou seja, na concepção assistencialista construída em uma matriz enraizada nas ideias socialmente construídas de infância, de relação adulto-criança e cuidada (Venturini e Thomasi, 2013).

⁴ **Patriarcalismo**- Significa superioridade do indivíduo do sexo masculino nas relações sociais

⁵ **Machismo**- Ponto de vista ou postura que diferenciam ou recusam o pensamento de equidade dos direitos entre o sexo masculino e feminino.

Portanto, como instituição implicada na construção dos sujeitos, essa escola também vai agir sobre as subjetividades dos professores “homens”. Estes professores, homens, também serão moldados por essa instituição, tanto no que se refere ao ser professor, mas, especialmente, no ser professor “homem” nos anos iniciais da educação infantil (Fonseca, 2011). Contudo, existe uma minoria que apoiam a presença da figura masculina nas instituições de educação infantil, uma vez que os docentes do sexo masculino são de total importância para o crescimento e educação das crianças.

Para algumas crianças, esses professores são vistos como uma figura paterna, principalmente aqueles que não tiveram o afeto paterno no seu lar. Ao se passar muito tempo ao redor de figuras femininas, as crianças desenvolvem um apego afetivo fundamental que deveria vir do pai. Em meio a tantos argumentos, a presença do sexo masculino na educação faz com que as crianças, ainda que inocentemente, passe a olhar o pedagogo com “outros olhos”, encontrando nele uma figura paterna, o que já restou comprovado colaborar positivamente com o progresso sentimental desses. Partindo dessa linha de pensamento, Ângela Cristina Gomes da Silva (2014, pg. 18), fala que o professor pedagogo do sexo masculino através de todo o esforço, carinho e amor pela profissão fazem com o que os professores consigam quebrar as barreiras que existem entre os homens, trabalhar com criança pequena, eles acabam se dedicando mais ao seu trabalho.

6.2 REFLEXÕES SOBRE AS RELAÇÕES DO PROFESSOR DO SEXO MASCULINO QUE ATUA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E A SOCIEDADE SEGUNDO OS AUTORES PESQUISADOS

Durante um grande período, o Brasil se compôs por vínculos de uma sociedade de predisposição paternalista e machista o que, de fato, ainda existe atualmente. Tal conjuntura história reflete no reduzido número de professores do sexo masculino atuando na área da educação infantil, exercendo o papel de professor do sexo masculino, quando comparado ao número de mulheres. Por se tratar de uma figura masculina, atuando em uma profissão de docente de ensino infantil, vista como uma atividade de cunho feminino, grande parte desses profissionais já tem em mente todas as dificuldades que irão ter ao exercerem seu papel de educador.

É importante ainda mencionar que muitos dos conflitos existentes, ocasionados pela presença masculina na educação infantil, ocorrem tanto por pessoas de fora da escola, como os pais, como também pelos de dentro da escola, como diretores, todavia é necessário que esses profissionais se mantenham fiéis aos objetivos educacionais a serem desempenhados. O homem que assume o cargo de educador infantil sentiu autoconfiança para desenhar uma função social e culturalmente conhecida como sendo exclusivamente feminina. Nota-se também que no espaço escolar, ainda há alguns profissionais do sexo feminino que não aceitam o educador do sexo masculino, como se a educação infantil não pudesse ser exercida por estes ou, até mesmo, concorrentes aos cargos de professores.

Para muitos, o perfil feminino na sala de aula é mais direcionado para o lado sentimental, por outro lado, o masculino é visto como aquela figura que é mais focado e determinado em suas atividades. Através desse pré-conceito, as pessoas acabam por criar a imagem das mulheres educadoras de crianças como sendo um sexo frágil, em razão destas, certos momentos, transmitirem seus sentimentos com mais facilidade do que os homens. Os vínculos estabelecidos por estas mulheres com as crianças no âmbito da sala de aula, são associados como relação entre mãe e filho.

É necessário ter-se em mente que a educação não é apenas responsabilidade da escola, os pais têm a maior responsabilidade quanto à educação e a construção da personalidade dos seus filhos. Contudo, “A família tem um papel decisivo na definição da opção profissional de um filho, pois esta serve como exemplo ou indica a carreira que ele deve ou não seguir, impondo, muitas vezes, uma profissão ou proibindo outra”. (RABELO, 2007, p. 62). É no âmbito familiar onde às crianças, desde seus primeiros anos de vida, recebem orientações que os guiarão pelo resto das suas vidas. Na grande maioria das vezes, estes ensinamentos não são compartilhados entre o pai e a mãe.

Além disso, tem eco na tradição cultural da classe média, especificamente na crença de que a família influencia a política escolar (a qualidade do ensino), sobretudo no contexto das escolas particulares, onde a relação entre pais-consumidores e diretores-proprietários-produtores é direta e a dependência mútua é clara. Entretanto, além de condições e disposições dos pais para participar, a política de incentivo a sua participação na escola (particularmente no contexto da escola pública) pressupõe aquilo que ela quer construir: continuidade cultural e identidade de propósitos entre famílias e escolas. (CARVALHO, 2004, p. 44).

Aliás, é fato que, ainda existem famílias em que os pais não compartilham a responsabilidade de educar os filhos com as mães. Desta forma, a presença masculina e feminina atuando conjuntamente na educação infantil facilita a compreensão das crianças quanto ao papel materno e paterno na educação. No espaço escolar, a figura masculina passa a impressão de autonomia às crianças, como pessoas querendo resolver as coisas sozinhas, ficando mais recatado e independente em suas ações. Este passa a ser visto como uma pessoa mais prática e focada que tem em mente o que deseja.

Por tal fato, os educadores têm mais facilidades em ter acesso a alguns cargos, mais do que as mulheres. Diante disto, acontece a representação das afinidades sociais de gênero, onde o indivíduo do sexo masculino passa a ter direito a cargos com os mais altos privilégios, comparado a outros como, por exemplo, cargos de administração ou outra função em que há o poder de comando. Mas também, existe outro aspecto que volta e meia, é bastante produzido referente à entrada desses professores homens nas instituições de ensino infantil, é aquela que fica a beira da área da psicologia e discute de uma forma boa, a relação que os docentes do sexo masculino têm com os pequeninos nas escolas.

Nesse contexto, utiliza-se o modo compensatório que é no qual a criança passa a gerar uma conexão mais próxima com o homem, em particular, se essa criança é retida no seu espaço onde vive com sua família, da presença do pai, e só interagem com indivíduo de sexo feminino. Pensando assim, a presença da figura masculina vai contribuir de uma forma favorável ao crescimento sentimental desses pequenos. De outro ponto de vista, a sociologia do trabalho compreende ao ver o homem exercendo um trabalho em que uma grande parte desses trabalhadores, sendo do sexo feminino ajuda a solucionar diversos modos de desigualdade. Já que:

[...] quanto maior o envolvimento de homens na Educação Infantil aumentaria a opção de carreira para eles contribuindo para que se desfizesse a imagem de que esta etapa da educação básica é um trabalho apenas para as mulheres, alterando, dessa maneira, a imagem da profissão e, quem sabe, melhorando significativamente os salários e o status da carreira. (SAYÃO, 2005, p. 16).

Nas escolas de educação infantil, a figura masculina exercendo sua função de docente, mostra-se quão grandemente uma questão acessível a diversas chances de análises a qual tinham as capacidades fundamentais para preparar, como

também o tomar de conta desses pequenos através de qualificações, de modo que não ocorra nenhuma lesão física e moral a essas crianças. Entre outras palavras, chances devem ser dadas a ambos os sexos, sendo cada um desses profissionais, como qualquer outro, serem analisados pela sua capacitação e não por ser homem ou por ser mulher, pois o mercado de trabalho acaba perdendo grandes profissionais.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa expôs, por meio dos autores estudados, a existência de profissões que são vinculadas a um determinado gênero, em específico a profissão da docência do sexo masculino na Educação Infantil, que apesar de todo debate feito sobre a igualdade, bem como previsão legal constante na Constituição Federal, ainda há o preconceito e discriminação em relação a certas profissões serem exercidas por um determinado gênero.

Num primeiro momento, percebe-se que a sociedade ainda vê a figura feminina como a responsável pela educação dos jovens, como sendo uma extensão dos trabalhos prestados no âmbito doméstico/familiar e, ainda que inconscientemente, também querem decidir quem deverá cuidar e educar os seus filhos no âmbito escolar.

Por isso, é necessário destacar que a educação infantil vem passando por importantes mudanças neste sentido, uma vez que, nos tempos atuais, os preconceitos vêm sendo diminuídos na sociedade, uma vez que, o novo profissional que se inseriu no mercado de trabalho traz consigo um novo olhar, podendo contribuir e somar para um melhor resultado. As mulheres sempre se preocuparam em conseguir a igualdade assumindo muitas ocupações, as quais eram prioritariamente dos homens, sem exigir uma contrapartida deles, levando consigo toda a responsabilidade de lutar pelos seus direitos.

A presença de professores do sexo masculino na Educação Infantil apresenta recentemente, com as inovações constituídas na legislação a Educação infantil no que diz respeito à educação básica, em que se obteve a abertura de concursos públicos legitimando a presença desses profissionais sem distinção de gênero na educação Infantil, fazendo-se necessário lutar para romper com os preconceitos socioculturais decorrentes da profissão sem prejudicar seus trabalhos e a relação com os demais indivíduos envolvidos no processo.

Os pedagogos ainda não se sentem à vontade para lidar com crianças de pouca idade, por causa do tomar de conta e os de olhares preconceituosos dos adultos como também da escola, pois são vivências como essas que são alcançadas no dia a dia da profissão, por isso que uma grande parte desses profissionais procura mais trabalhar na parte de gestão escolar do que na sala de aula em si.

A questão do gênero aqui exposta neste estudo, reflete o que ocorre na sociedade. Vivemos em uma sociedade marcada pela grande diversidade de gêneros⁶, marcado por manifestações de igualdade de direitos, o que foi fundamental para estabelecer a premissa de que não devemos ter uma ideia ou um pré-julgamento de que as diferenças sejam transformadas em desigualdades.

Ainda é necessário reiterar de que o gênero pertence a um debate existente na sociedade, em que nunca haverá uma opinião/posição única, consensual e harmoniosa que represente a sociedade em sua totalidade. Nesse ponto, as escolas devem trabalhar com as crianças em favor de identidades abertas a atual pluralidade cultural, desafiadoras de preconceitos, numa perspectiva de educação para a cidadania, para a paz e ética nas relações interpessoais.

Através do presente estudo, percebe-se que os educadores infantis merecem ser respeitados, independente da sua raça, orientação sexual, condição social ou sexo. Para isso, é necessário que as escolas reafirmem o seu compromisso com a construção de uma escola inclusiva e solidária, tendo como medidas a serem adotadas as de redução de desigualdades, de convivência com as diferenças culturais e familiares uns dos outros, dentre tantas outras medidas que podem ser adotadas e repassadas às crianças.

Dessa forma, por meio de uma pesquisa realizada com base nas opiniões dos alunos, feita por Ferraz (2007), deixa claro que até estes observam a seletividade na escolha do gênero para o exercício da docência, senão vejamos: “Na fala dos alunos fica claro um reconhecimento da parte deles de que no curso há uma predominância de mulheres, e de que elas ‘naturalmente’ seriam mais ‘inclinadas’ para lidar com as crianças” (Ferraz, 2007, p. 5).

Por fim, em sua trajetória profissional, o pedagogo mesmo sendo ótimo no que exerce dificilmente consegue atuar na área, devidamente pelo gênero do profissional, sobre isso, vale observar o que trata Ângela Cristina Gomes da Silva:

Esse profissional mesmo apresentando uma boa formação acadêmica dificilmente consegue trabalhar nesta área a não ser que seja através de concurso público, mesmo assim, tendo que lidar com preconceitos, tendo que provar diariamente sua capacidade e “verdadeiras intenções” devido a estar atuando junto às crianças de pouca idade, enfrentando várias reações negativas dos pais, as críticas do corpo docente da escola, o modo como a

⁶ Diversidade de gênero- Fala sobre especificamente à forma inclusiva a toda a diferença de sexos, instruções sexuais e identidades de gênero, sem o comprometimento de descrever cada uma das identidades que entendem esta multiplicidade.

sociedade o vê, e questões relacionadas ao cuidar e o ensinar. (SILVA, 2014, p. 16).

Ao entender os motivos históricos que permeiam a relação de gênero masculino e feminino, compreende-se melhor a funcionalidade do papel de ambos na educação infantil. O tempo mostra que muitos preconceitos já foram quebrados nesse campo de ensino. É necessário que os profissionais da educação infantil recebam o verdadeiro valor que eles merecem pela sociedade de forma geral. Que o curso de pedagogia prossiga atraindo cada vez mais profissionais qualificados que possam exercer bem a função do educar independente do que eles sejam professores ou professoras.

O referido trabalho procurou mostrar o contexto histórico pertinente à docência nas primeiras etapas de educação básica. Portanto, o real sentido do trabalho foi buscar conhecimentos e fundamentos, sobre a presença masculina na pedagogia, em que pude conhecer através dessa investigação quais são os principais acontecimentos históricos e autores que contribuíram para a tal discussão. Desse modo, acredito que o fator histórico nos ajuda a entender melhor a solucionar todas as dúvidas e como também, geram algumas problematizações que permeiam o campo da docência. Portanto, espero que todo esforço para a realização dessa pesquisa possa colaborar para a melhor compreensão da presença do pedagogo homem nos anos iniciais.

A finalidade é compreender a perspectiva que a comunidade educativa tem a respeito da figura do professor na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Percebe-se que por conta da docência ser considerada uma profissão socialmente feminina devido a sua associação com o trabalho doméstico, os homens que escolhem essa profissão sofrem diversos tipos de discriminações e representações, como: homossexualidade e pedofilia, por consequência dessa construção histórica que foi feita em torno das mulheres que fez com que a Educação infantil fosse sempre feminina.

Apesar de ter poucos estudos envolvendo o homem atuando na Educação infantil, Não tive muita dificuldade em encontrar autores que debatam sobre o a presença da figura masculina na pedagogia, tendo em vista que esse tema esta ultimamente no cenário atual esta começando a ser mais trabalhado. Mas ainda é de suma importância ter outras investigações em torno do assunto.

O trabalho forneceu importantes informações que ajuda para melhor entendimento das relações e parcialidade desses professores homens dito como “fora do lugar” como também a presenças desses homens no curso de pedagogia e do seu papel atribuído à educação. Ao decorrer do trabalho foi relatado como é à entrada desses homens na profissão docente na educação infantil e quais os problemas e efeitos que esta transição pode apresentar como uma forma positiva ou negativa para a profissão de educador.

Em conformidade ao que foi supracitado, percebe-se que no decorrer dos anos, houve uma construção histórica de gêneros, em que o homem ao escolher a docência na Educação Infantil como sua profissão, acaba por sofrer preconceitos e maus olhares, em que quando passa a está atuando em tal profissão acaba tendo certo desconforto ao trabalhar com as crianças e os demais colaboradores que se encontram nas instituições de ensino. Essa questão da masculinidade, como pode ser visto nessa obra, é fato contribuinte para que o homem não opte pela docência, ou seja, conforme as características masculinas impostas pela sociedade.

8. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. V. **Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade**. 2ªed. Lisboa: Fim do Século, 1995.

APPLE, M. **Ensino e trabalho feminino: uma análise comparativa da história e ideologia**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo. 64: 1988.

AZEVEDO, F et al. **Manifesto dos pioneiros da educação nova (1932)**. Disponível em: <www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb07a.htm>. Acesso em: 27 jun. 2018.

BATISTA, A. S. & CODO, W. **Crise de Identidade e sofrimento**. In: CODO, W. (Org.) Educação: carinho e trabalho. Petrópolis, RJ, Vozes, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil em 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 27/07/2018.

BRUSCHINI, C.; AMADO, T. **Estudos sobre mulher e educação**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo. 64: 1988.

CAMPOS, M. M.; HADDAD, L. **Educação infantil: crescendo e aparecendo**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo. 80: 11-20, 1992.

CAMPOS, Maria M.; GROSBaum, Marta; PAHIM, Regina; ROSEMBERG, Fúlvia. **Profissionais de creche**. Cadernos do Cedes, n. 9, p. 39-66, 1991.

CANDIOTTO, César; CANDIOTTO, Kleber B; BASTOS, Cleverson Leite. **Fundamentos da Pesquisa: teoria e prática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CARVALHO, M. **No coração da sala de aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais**. São Paulo: Xamã, 1999.

CARVALHO, M. P. de. **Modos de educação, gênero e relações escola – família**. Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 121, jan./abr. 2004 p. 41-58.

CATANI, D. et al. **História, Memória e Autobiografia da Pesquisa Educacional e na Formação**. In: CATANI, D. et al. (org.) Docência, memória e gênero: estudos sobre formação. São Paulo: Escrituras Editora, 1997

CIRQUEIRA, Nilson Sousa; SANTANA, José Valdir Jesus de. **A PRESENÇA MASCULINA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES INTRODUTÓRIAS**. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21773_10772.pdf>. Acesso em: 08 de Janeiro de 2019. educacional. 5ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2015. 8 p.

FELIPE, Jane. **Afinal, quem é mesmo pedófilo?** Cadernos Pagu, Campinas, n. 26, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30391.pdf>>. Acesso em 23 de setembro de 2018.

FERRAZ; R. C. **Gênero, masculinidade e docência: visões de alunos de pedagogia**. PPGE/UFPB. 2007.

FERREIRA, N. S. de A. **As pesquisas denominadas “Estado da Arte”**. In: Educação & Sociedade, ano XXIII, nº 79, p. 257-272, ago. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>. Acesso em: 04 de outubro de 2018.

FINCO, Daniela. Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na educação infantil. **Revista Quadrimestral da Faculdade de Educação: Universidade de Campinas, Campinas, v.14, n.3 (42), p.109-101, set./dez. 2003.**

FONSECA, Thomaz Spartacus Martins. **Quem é o professor homem dos anos iniciais? Discursos, representações e relações de gênero**. 2011, 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

FONTOURA, M. M. **Fico ou vou-me embora? In: Vidas de Professores**. António Nóvoa (org.). Editora Porto, 1995.

INSTITUTO SOU DA PAZ. **Gênero fora da caixa: Guia prático para educar e educadoras**. São Paulo, 2011.

JUNIOR, Dirley da Cunha. **Curso de direito constitucional**. 5. ed., Salvador: JusPODIVM, 2011, p. 676.

LOURENÇO FILHO, M. B. **A formação de professores: da Escola Normal à Escola de Educação**. Brasília: INEP/MEC, 2001.

LOURO, G.L. Conhecer, pesquisar, escrever... **Educação, Sociedade e Culturas**, Cidade do Porto, n. 25, 2007. Disponível em: <<http://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC25/Arquivo.pdf>>. Acesso em: 23 de set. de 2018.

LOURO, G.L. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero sexualidade e educação: uma Perspectiva pós-estruturalista** 3ª ed. – Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2012.

LOURO, G.L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MARQUES, M. O. **A reconstrução dos cursos de formação do profissional da educação**. Em Aberto, Brasília, DF, v. 12, n. 54, p. 43-50, 1992.

NOVAES, M. E. **Professora Primária: Mestra ou tia**. São Paulo: Cortez, 1984.
POLATO, Roney. RANGEL, Vinícius. **“PEDAGOGIA É LUGAR DE HOMEM?” PENSANDO EM RELAÇÕES DE GÊNERO A PARTIR DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFJF1**. Disponível em: <<http://www.sies.uem.br/trabalhos/2015/649.pdf>>. Acesso em: 23 de setembro de 2018.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. D. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2ª. ed. Novo Hamburgo: Universidade Freevale, 2013.

RABELO, Amanda O. **O GÊNERO E A PROFISSÃO DOCENTE: IMPACTOS NA MEMÓRIA DAS NORMALISTAS**. Revista Ártemis. Volume 6, junho de 2007, pp. 58 – 67.

RAMOS, J.; XAVIER, M. C. **Percepções da comunidade escolar sobre os professores homens na Educação Infantil**. Paideia, Belo Horizonte, n.12, p. 99-115, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.fumec.br/revistas/paideia/article/view/1581/991>>. Acesso em 24 de setembro de 2018.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. **As licenciaturas no Brasil: um balanço das teses e dissertações dos anos 90.** Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Expansão da educação infantil e processos de exclusão.** *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 107, p. 7-40, jul. 1999.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS FILHO, G. **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade.** São Paulo, 1995.

SANTOS, W. S. **Corpos Estranhos: Um estudo sobre a presença masculina na docência infantil.** *Alumni- Revista Discente da UNIABEU*. 3: 5, 2015.

SAPAROLLI, E. C. L. **A educação infantil e gênero: a participação dos homens como educadores infantis.** *Psicologia da educação: revista do Programa de estudos pós-graduados em Psicologia da educação*. São Paulo: EDUC.6: 1996.

SAVIANI, D. **Da nova LDB ao Plano Nacional de Educação: por uma outra política.**

SAYÃO, D. T. **Relações de gênero e trabalho docente na educação infantil: um estudo de professores em creche.** Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

SILVA, Angela Cristina Gomes da. **REFLEXÕES SOBRE O PROFESSOR DO SEXO MASCULINO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.** Disponível em:

<<http://www.ffp.uerj.br/arquivos/dedu/monografias/Monografia.pdf>>. Acesso em: 24 de setembro de 2018.

SILVA, C. S. B. **Curso de Pedagogia no Brasil: História e Identidade**. São Paulo: Editores Associados, 1999. 152 p. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm>. Acesso em: 14 mai. 2012.

SOARES, A.C.C. **Feminilidade/Feminino**. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Antonio. **Dicionário crítico de gênero**. Dourados: UFGD, 2015.

VENTURINI, Ângela Maria; THOMASI, Kátia Barroso. **A feminização na educação infantil: uma questão de gênero**. Revista Científica Digital da FAETEC.1: 1, 2013. Disponível em: <<http://www.lapeade.com.br/publicacoes/artigos/A%20FEMINIZA%C3%87%C3%83O%20NA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20INFANTIL.pdf>>. Acesso em: 27/07/2018.

VIANNA, C. P. **O sexo e o gênero da docência**. Cadernos Pagu, Campinas, n. 17/18, p. 81-103, 2002.

WASELFISZ, J. J. **“Mapa da Violência 2016. Homicídios por armas de fogo no Brasil”**, p. 1-71, 2016. Disponível:

<https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf>. Acesso em: 23/09/2018.

YANNOULAS, S. C. **Notas para a integração do enfoque de gênero na educação profissional.** In: VOGEL, A. (Org.). *Trabalhando com a diversidade no PLANFOR.* SP: UNESP, 2001.